



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001358-41.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**
 Requerente: **Rozangela de Moura Januario**
 Requerido: **Departamento Estadual de Trânsito - Detran/sp**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Dispensado o relatório.

Questão exclusivamente de direito, sem que o réu tenha oposto qualquer fato modificativo, extintivo ou impeditivo do direito da parte autora, ou qualquer preliminar, não há necessidade de réplica.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC-15, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas, valendo lembrar que, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder" (STJ, REsp 2.832-RJ, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 04/12/91).

Segundo o STJ, não é razoável impedir o condutor de obter a habilitação definitiva, em razão de infração administrativa não relacionada à segurança do trânsito: AgRg no AREsp 520.462/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, 2ªT, DJe de 13/08/2014; AgRg no REsp 1.231.072/RS, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, 1ªT, DJe de 14/05/2012.

Sabe-se ainda que o STJ considerada a infração do art. 233 do CTB (deixar de efetuar o registro da propriedade do veículo no prazo de 30 dias) não relacionada à segurança do trânsito (AgRg no AREsp 662.189/RS, Rel. Min.

1001358-41.2017.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

ASSUSETE MAGALHÃES, 2ªT, j. 05/05/2015).

Todavia, a infração praticada pela autora (permitir que pessoa que, no caso dos autos, estava com a habilitação suspensa, tomasse posse de seu veículo e o conduzisse na via pública), prevista no art. 164 do CTB, a este magistrado tem pertinência com a segurança do trânsito, vez que a norma em questão pune o proprietário exatamente por ensejar a condução de seu automóvel por quem não está habilitado a tanto, aumentando o risco de insegurança viária.

Nesse sentido, o TJSP:

APELAÇÃO – Ação de Obrigação de Fazer – Expedição da Carteira Nacional de Habilitação definitiva negada à apelante – Cometimento de duas infrações de trânsito no período de um ano, em que possuía apenas a permissão para conduzir veículos automotores – Infrações de natureza grave (art. 233, CTB) e gravíssima (art. 164, CTB) – Sentença de improcedência decretada em primeiro grau – Pretensão de reforma – Inadmissibilidade - Artigo 148, § 3º, do CTB, que veda a expedição de C.N.H. ao condutor que comete infração de natureza grave ou gravíssima, ou que seja reincidente em infração média, durante o período de permissão – Ainda que se considerasse a natureza administrativa da infração capitulada no art. 233, do C.T.B., a segunda infração é de tipificação específica para o


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

proprietário do veículo, que no caso é a apelante –
 Outrossim, não se verificou qualquer ilegalidade nas
 autuações – Sentença de improcedência mantida. (...) (Ap.
 1002705-64.2016.8.26.0269, Rel. Silvia Meirelles, 6ª
 Câmara de Direito Público, j. 12/12/2016)

Mandado de segurança. Condutora que é impedida de obter
a CNH definitiva porque cometeu, durante o período de
permissão, infração gravíssima. Art. 164 do CTB. Permitir
que pessoa não habilitada conduza veículo automotor.
Tipificação específica no artigo 164 do CTB para o
proprietário. (...) Inexistência de ilegalidade na atuação da
 Administração Pública. Não configurada ofensa a direito
 líquido e certo. Apelo provido, com determinação. (Ap.
 1001214-96.2015.8.26.0482, Rel. Oswaldo Luiz Palu, 6ª
 Câmara Extraordinária de Direito Público, j. 19/09/2016)

Ante o exposto, **julgo improcedente** a ação movida por Rozangela
 de Moura Januário contra o Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo.

**Fica mantida, porém, a liminar concedida no agravo de
 instrumento, conforme cópia de fls. 44/46, ao menos até o trânsito em
 julgado da decisão.**

Sem verbas sucumbenciais, no JEFAZ.

Ciência ao Procurador do Estado de que protocolou por equívoco,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

neste grau, contrarrazões de apelação, vez que o recurso é agravo de instrumento e as contrarrazões deveriam ter sido protocoladas na instância superior.

P.I.

São Carlos, 23 de março de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**